

Paulo Freire e o MST: *a Pedagogia do Oprimido no contexto da luta pela terra*

CRISTINE LIMA PIRES*

Resumo: Este artigo consiste de uma parte de um estudo sobre a formação humana no processo da luta pela terra, que constrói estratégias educativas não-formais e que re-significam os saberes populares, tendo como fundamentação teórica a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Com isso, buscou-se acompanhar o MST em diversas mobilizações, com o registro da dinâmica educativa não-formal, e as estratégias utilizadas no processo, com o intuito de analisar as possibilidades de uma educação emancipatória. Utilizou-se como metodologia de trabalho a história oral temática e imagética, e como instrumentos, as entrevistas com militantes e a filmagem da dinâmica organizativa que caracteriza a temática abordada. Conclui-se que ações educativas como essas são fundamentais e viabilizam a invenção de novas formas de sociabilidade, tendo o trabalho coletivo e democrático a solidariedade, a valorização pela vida, a defesa do trabalho e do estudo, enfim, formas sociais que constituem um exercício de educação para a consciência crítica e emancipatória.

Palavras-chave: MST; educação emancipatória; organização.

Abstract: This is a part of a study on human formation in the process of struggle for land, which builds non-formal education strategies and re-mean that the popular knowledge, with the theoretical foundation for teaching the Oppressed by Paulo Freire. With this, trying to monitor the MST in various mobilizations, with the record of dynamic non-formal education, and strategies used in the process in order to examine the possibilities of an emancipatory education. It was used as a method of working with oral history and thematic imagery, and as instruments, interviews with militants and the shooting of organizational dynamics that characterize the issue addressed. It was concluded that educational actions such as these are fundamental and enable the invention of new forms of social, and the collective work and democratic solidarity, the enhancement of life, protection of work and study, finally, social forms that are a year of education for critical awareness and emancipatory.

Key words: MST; emancipatory education; organization.

* **CRISTINE LIMA PIRES** é doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), integrante do grupo de pesquisa História da Cultura Corporal Educação, Lazer e Sociedade (HCEL), coordenadora do curso de extensão Diálogos em Imagens: interações educacionais na UFBA; Professora efetiva da rede Estadual de Educação da Bahia.

A formação humana está diretamente relacionada com a cultura e isso significa que o processo educativo é construído ao longo da vida social e não está apenas circunscrito ao espaço escolar. No decorrer do tempo, a cultura vai se transformando, renovam-se os valores e costumes que vão sendo assimilados, re-elaborados, re-significados e transmitidos por gerações. A cultura e a educação são apreendidas nos diversos espaços interativos de maneira formal, informal ou não formal.

A educação formal é aquela que se dá no espaço escolar, requer tempo, uma organização espacial e estrutural para o seu funcionamento e é norteada pelas Diretrizes Nacionais de Educação. A educação formal visa o ensino e a aprendizagem do educando, respeita uma estrutura hierárquica de progressão por série ou anos de estudo, e visa formar o indivíduo para exercer “plena cidadania”.

A Educação informal é aquela que se dá em múltiplos espaços no qual o indivíduo adquire e acumula conhecimentos do dia-a-dia, seja no trabalho, seja na casa, ou no lazer.

Para Maria da Glória Gohn, a educação informal se dá em:

(...) espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. [...] opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados [...] trata-se do processo de socialização dos indivíduos [...] não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiências anteriores. (GOHN, 2006, p. 3-5).

A educação não-formal é uma educação organizada, sistemática, porém acontece

em múltiplos espaços: igrejas, sindicatos, associações de bairros, movimentos sociais, ONG's entre outros. Segundo Gohn (2006), os objetivos dessa prática educativa são construídos, interativamente, no dia-a-dia, tendo como meta a transmissão de informação e formação política e sociocultural. A educação não-formal é um campo de estudo dentro da educação, até então pouco valorizada, e desconhecida, apesar de ser uma forma de atuação muito utilizada por organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias, em geral, toda organização que tenha em vista a formação do indivíduo.

Nos tempos atuais a educação vem sendo tratada como mercadoria, haja vista o surgimento de tantas faculdades sem a devida qualificação para a função, e o sucateamento das escolas e universidades públicas. O Estado cada dia mais se exime de assumir a obrigação garantida pela constituição, e os menos favorecidos vêm-se excluídos do ambiente escolar, por falta de recursos para custear os seus estudos.

Para isso, a educação não-formal supre, de certa forma, essa carência intencional de formação e, a depender da organização onde está sendo proposta, tem um direcionamento cultural, político e ideológico específico.

Para Moacir Gadotti (2005), toda a educação é, de certa forma, educação formal, pois tem intencionalidade, só sendo diferenciado o espaço onde é aplicada. Na escola ela é marcada pela formalidade, regularidade e seqüencialidade. Na cidade, um dos espaços de educação não-formal, ela é marcada pela descontinuidade, eventualidade e informalidade, entretanto, também pode ser uma atividade educacional organizada e sistemática.

Na educação não-formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é a sua flexibilidade, tanto em relação ao tempo, quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços. (GADOTTI, 2005, p. 2)

Gadotti (2005) afirma que não há como se estabelecer fronteiras muito rígidas entre o que é formal e não-formal, já que na escola e na sociedade vários modelos culturais interagem, e o currículo escolar intercultural reconhece a informalidade como educação do futuro.

No MST a educação não-formal permeia toda a organização do Movimento¹. Ela é usada “formalmente” nos cursos internos de formação de quadros, nos cursos formais em parceria com instituições reconhecidas. A educação não-formal é intrínseca ao Movimento, é na rotina do dia-a-dia da luta que os sem terra aprendem sua dinâmica organizativa, sendo a oralidade a ferramenta principal de transmissão dos conteúdos, já que o material didático produzido pelo movimento - as cartilhas, os cadernos, os boletins - não é acessível a todos, devido ao alto custo, o que o impossibilita de usá-lo como instrumento de formação.

O MST periodicamente realiza cursos intensivos de formação política e ideológica com o intuito de formar a militância do movimento. Esses cursos são ministrados por integrantes do MST e por intelectuais simpatizantes da causa. Segundo depoimentos de diversos militantes, os sem-terra ficam imersos num centro de instrução com uma rotina

diária de dez horas de estudo e atividades práticas. Em geral, são pessoas que estão sendo preparadas para exercerem suas funções nos setores que coordenam ou são selecionadas para coordenarem uma região.

Nos cursos formais em parcerias com as universidades, a dinâmica não-formal está presente e é responsável por toda a estrutura organizativa extra-sala. A organização dos grupos, a mística, as palavras de ordem, a divisão de tarefas para os cuidados básicos dos locais onde os cursos acontecem, a intervenção nos acampamentos da redondeza, as músicas, as festas, as rodas de causos ou piadas, tudo é organizado e planejado pelos Sem Terra e faz parte também da formação, no entanto, não está incluído no currículo formal.

As ocupações de terras se tornam um dos melhores espaços de aprendizagem da dinâmica organizativa do Movimento. Quando acontece a ocupação, os sem-terra militantes exercem o papel de orientadores para as pessoas que estão se inserindo no MST. São formadas brigadas de trabalho e cada brigadiano selecionado será responsável por um setor: cozinha; infra-estrutura; educação; saúde; ciranda; segurança; entre outros. Esses momentos iniciais da ocupação são extremamente ricos em formação, quando os sem-terra que estão se incorporando ao movimento aprendem os princípios básicos do MST, os valores, a organicidade. Nesse período inicial da ocupação, há um forte apoio dos sem-terra que estão assentados ou mesmo acampados, mas que já estão preparados para serem os formadores/educadores desse novo grupo.

Dessa forma, a educação não-formal perpassa toda a estrutura organizativa do MST, e é fundamental para a formação humana, juntamente com os princípios

¹ Quando utilizar a palavra Movimento com letra maiúscula me referindo ao MST.

básicos de vida, de convivência, de valores, de luta que o MST quer propagar.

A fundamentação teórica para essa prática educativa, que tem contribuído para a formação dos sem-terra, e tem dado subsídios para a luta do Movimento, encontra-se entre outros autores, nas teorias da Marx, Gramsci e o Paulo Freire.

A Pedagogia do Oprimido e o MST

Mais de quarenta anos se passaram desde que foi lançado o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, e a sua teoria continua atual e fundamenta a pedagogia de luta em movimento praticada pelo MST.

Paulo Freire ensinou e aprendeu o seu método de alfabetização, no mundo de acesso dos despossuídos da terra, tendo como intencionalidade o reverso desse quadro. A essência de seu método era a libertação dos oprimidos. Por isso foi tão contestado, e o seu método desvalorizado aqui no Brasil. Paulo Freire criou um método de trabalho para alfabetização de adultos que nunca foi, efetivamente, implementada pelo sistema educacional brasileiro, permanecendo atual e progressista, apesar de seus quarenta anos. Essa metodologia estabelece uma relação de troca entre educador e educandos, de forma dialógica, e partindo do contexto histórico do educando.

A teoria de Paulo Freire foi construída apoiada na prática, em situações concretas de existência, por isso ela é dinâmica e atual, já que se constrói com o movimento humano, com o sujeito interagindo na sociedade, reclamando os seus direitos de cidadão, construindo a história dos deserdados da terra em processo de superação.

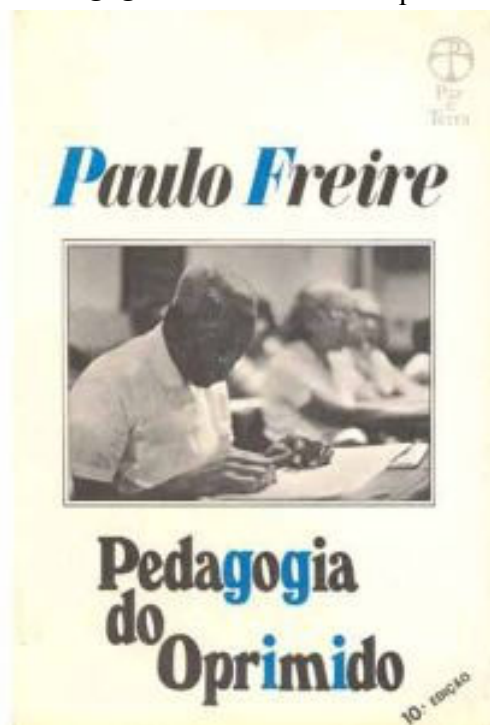
O MST conseguiu ter essa percepção, valorizar e apropriar-se dessa práxis pedagógica, utilizando-a na formação dos sujeitos históricos Sem Terra². Práxis que se dá no cotidiano da luta pela

terra, e, principalmente, por adotarem uma estrutura organizativa que possui representação desde a base do MST, valorizando, dessa forma, todos aqueles que se mantém vinculados ao Movimento, dando-lhes espaço para a participação direta na construção das formas de atuação do Movimento.

Apesar da sua ausência física, Paulo Freire é uma presença

marcante no MST:

No MST, são inúmeras as homenagens prestadas a ele, seja na



² O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra. Neste sentido Sem Terra é mais do que sem-terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. (Caldart, 2001 p.129)

mudança de nomes das antigas fazendas em novos assentamentos, nos centros de formação ou em escolas de ensino fundamental. Sua obra é lida em todos os cursos de formação de educadores, do ensino médio à graduação, e nos de formação política; seu rosto aparece nos murais e pinturas feitas pelos artistas que lutam pela terra e pela emancipação de toda a classe trabalhadora; seus ensinamentos aparecem nas palavras de ordem, nas místicas e nas músicas feitas pelos educandos da terra de todos os cantos do Brasil. (BOGO, 2007)

Paulo Freire e a sua teoria continuam vivos nas práticas educativas do MST. O MST pôs “em movimento” a sua proposta dando fundamento a dinâmica pedagógica e organizativa que o diferencia dos demais movimentos sociais. Na sua organicidade, o MST educa, paralelo à luta pela terra e pela transformação da sociedade, pois os seus espaços de atuação são pedagógicos, sejam eles a organicidade interna, as mobilizações, os enfrentamentos a ordem estabelecida.

Paulo Freire, na Pedagogia do Oprimido, traz dois conceitos que são fundamentais para pedagogia de luta do MST: conscientização e libertação. A conscientização é a possibilidade do ser humano de desvelar a realidade e inserir-se no processo histórico como sujeito. A libertação é a “vocação ontológica” da humanidade, enraizamento na opção de transformação da situação real e opressora em que vivem “práxis da busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (FREIRE, 1987. p. 31)

A Pedagogia da luta pela terra implementada pelo MST leva o sem-terra à reflexão tendo como conteúdo a situação de opressão e desigualdade em que vive o trabalhador rural e a

possibilidade de superação dessa situação, através da luta pela conquista da terra de trabalho e de todos os direitos sociais do trabalhador.

Paulo Freire aponta um questionamento importante: como pode o trabalhador oprimido, que hospeda o opressor em si, ser sujeito dessa pedagogia que busca a libertação, já que viveu toda vida subjugado, tendo como modelo de humanidade o opressor, contradição presente em toda a sua existência. “Daí esta quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário.” (p.33)

Esse é uma questão importante e vem sendo tratada internamente, pois é motivo de muitos confrontos entre os princípios políticos e filosóficos do MST e a efetiva prática de lideranças orgânicas que por vezes convivem com essa dualidade em si, assumindo posições autoritárias e individualistas.

Paulo Freire aponta a libertação do oprimido como um parto, onde nasce um homem novo, que supera essa contradição através da luta (p.35). “E nessa práxis, se desvela a opressão e percebem-se os mitos que a alimentam (p.38).

É no fazer a luta para libertar-se da situação opressiva que os sem-terra descobrem-se homens e mulheres com direitos, e compreendem que o capitalismo gera a falta de dignidade para viver, representada pela falta de trabalho, educação, saúde e moradia. E, principalmente, ao estarem discutindo a situação de opressão que o trabalhador vivencia, descobrem-se iludidos por uma ideologia da conformação que os leva a acreditar em dogmas como a incontestabilidade do direito à propriedade privada.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser pedagogia dos homens em processo de transformação. (FREIRE, 1987.p.41)

Para os sem-terra, então, acontece uma reviravolta ao perceberem o mundo que os oprime, e posteriormente, a necessidade de expulsar os “mitos criados” (p.42), que deverão ser extirpados para que ocorra a construção de novas formas de sociabilidade, intrínseca a estrutura organizativa do MST.

Então, dá-se um marco: um ponto de rompimento com a concepção de sociabilidade até então vivenciada por eles. Imerso no Movimento, o trabalhador rural sem-terra interage com os companheiros participando do processo de luta pela terra de trabalho e das lutas paralelas em busca de mudanças na estrutura social exclusiva que vivenciam. Esse movimento pedagógico de conscientização e libertação da opressão dá-se na coletividade em Movimento. Para Paulo Freire:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de

reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987. p.52)

Paulo Freire propõe uma relação dialógica permanente como instrumento de reflexão e este conduzirá a prática, “ação e reflexão, como unidade que não deve ser dicotomizada” (p. 53).

O diálogo implica em uma troca de saberes, humildade de saber que não sabe tudo, nunca poder ser objeto de manipulação, pois, senão, torna-se opressão. O diálogo é horizontal, saber falar, mas também saber ouvir o outro. O diálogo se manifesta com a fé dos seres humanos de que podem fazer e refazer, dado à sua imperfeição, num movimento eterno de busca. (p.82)

É através do diálogo que se dá a formação dos sem-terra, diálogo de construção das estratégias de luta, da organização das ocupações, acampamentos e assentamentos. Diálogo que está presente em espaços diversos onde o povo se reúne e organiza a sua vida em comum. O diálogo está presente na organicidade do Movimento, porque nada deve ser resolvido pelas lideranças – as resoluções devem vir através de reuniões com o grupo de interesse.

Paulo Freire aponta algumas características da Teoria da Ação Dialógica que são fundamentais e estão presentes na dinâmica educativa do MST: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural.

A organização popular é um curso natural da unidade das massas populares que têm como tarefa central a libertação dos homens e mulheres. Para ser dialógica, não pode ser autoritária nem licenciada, “é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiros que ambos, como um corpo só, buscam instaurar, com a transformação da

realidade que os mediatiza” (p.178). A estrutura organizativa do MST é o ponto central, a mola mestra por onde conflui todas as práticas educativas não-formais que caracterizam o MST como “sujeito educativo” (CALDART, 2000) onde são formados os sem terra que dele se aproxima e conseguem compreendê-lo como espaço coletivo de re-apropriação da sua humanidade. Para Roseli Caldart :

É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser, que o Movimento intencionaliza as suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, aos poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em quem já imaginava perdida. (CALDART, 2000, p. 199)

Outro ponto abordado por Freire (1987), como característica da ação dialógica, é a colaboração. Essa se realiza na comunicação estabelecida entre pessoas que buscam libertar-se num processo de adesão a causa, tendo como foco a análise crítica da realidade com o intuito de desvelar o mundo, desmistificando-o. Isso se dá de forma interativa, onde os indivíduos tornam-se sujeitos do processo. “[...] ninguém desvela o mundo ao outro e, ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento aos outros, é preciso que estes se tornem sujeitos de ato de desvelar” (p.167) E para ter a adesão das massas populares à causa da libertação, é preciso que essas tenham confiança em si e nas lideranças.

A liderança tem um papel fundamental na organização do Movimento. É através do exemplo das suas ações que a liderança consegue estabelecer a confiança dos sem terra que se aproximam do MST. O papel da

liderança é fluido, pois estes assumem a coordenação dos setores de acordo com as necessidades do Movimento e também com o intuito formativo, pois, assim, adquirem experiências em diversas frentes de trabalho organizativo.

Na teoria da ação dialógica, a união entre os oprimidos é outro ponto crucial para promover a libertação, e para isso é preciso “desideologizar” (p.172), compreender que são seres transformadores da realidade, através do seu trabalho. A desideologização não pode caracterizar a passagem de uma compreensão da realidade para outra, é preciso que “exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta” (p.173).

Por fim, Paulo Freire aponta a síntese cultural como uma das características da teoria da ação dialógica de enfrentamento cultural à cultura alienada e alienante, e isso se vê nos oprimidos, quando se faz uma análise crítica da realidade. Ação e reflexão como unidade indissociável, que vai tornando-os sujeitos do processo.

Em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para sua ação. Uma e outro, na síntese, de certa forma renascem num saber e numa ação novos, que não são apenas o saber e a ação da liderança, mas dela e do povo. Saber da cultura alienada que, implicando a ação transformadora dará lugar à cultura que se desaliena. (FREIRE, 1987, p. 181)

No MST as reuniões entre os coordenadores são constantes, existe uma preocupação de que as ações sejam planejadas com a coletividade, e as decisões acordadas com a maioria. Quando acontecem as reuniões mais amplas, todos têm oportunidade de fazerem as suas colocações, sendo

respeitados e ouvidos, independente de suas crenças e compreensão da realidade. É um exercício vivo de cidadania e democracia.

Considerações finais

O legado de Paulo Freire está presente na Pedagogia de Luta do MST. Suas palavras servem de alicerce para a luta e também para a esperança de tornar a sociedade mais humana.

O MST educa utilizando como conteúdo a própria luta, as tensões e confrontos vivenciados, incorporando um conhecimento vivo, produzido na cotidianidade da produção de sua história. Constitui-se numa força educativa viva, sendo processada, repensada, construída dialeticamente, integrando nesse processo, crianças, jovens e adultos.

Para milhares de pessoas que viveriam anonimamente, no abandono, sem-terra e sem a dignidade permitida pelo trabalho, as ocupações, os acampamentos, as marchas são espaços do aprendizado da luta, de humanização; a gênese da conscientização e da emancipação do sem terra a transformar-se em sujeito político em busca do seu direito à vida plena.

O Movimento é uma escola sem muros, onde o trabalho, a produção da vida, a cultura, as tensões que vivencia ao produzir sua existência se compõe como construtor do sujeito histórico Sem Terra. Esse processo de formação humana poderá trazer contribuições para a educação formal, atestando que o processo de apreensão e construção dos conhecimentos resulta de saberes socialmente construídos e, por vezes, resignificados, pelo sujeito imerso na luta

cotidiana. A vida latejando e sendo construída a cada passo da luta.

Eis aí a Pedagogia do Oprimido colocada em prática pelos deserdados da terra, que mostram, há mais de vinte anos, sua viabilidade. Basta observar como se organizam: os valores e ideais que cultuam; a invenção de novas formas de sociabilidade – o trabalho coletivo e democrático, a solidariedade, a valorização pela vida, a defesa do trabalho e do estudo –, enfim, formas sociais que constituem um exercício de educação para a consciência crítica e emancipatória. Paulo Freire continua vivo no MST. Suas palavras amorosas, sua perseverança, sua eterna crença na humanidade vive em cada ocupação, em cada acampamento, encharcando o coração dos Sem Terra de esperanças num mundo mais humano e igualitário.

Referências

BOGO, Ademir. **O Pedagogo da Esperança e da Liberdade**. disponível em <<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3476>>> acessado 21 de julho 2008

CALDART, Roseli. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados vol.15 no. 43 São Paulo Sept./Dec. 2001

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que Escola**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Institut International des Droits de l' Enfants, Sion, Suisse: 2005

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: avaliação, políticas públicas, e educação. Rio de Janeiro: v.14, nº 50, 2006.